

GÊNERO E LINGUAGEM: OLHARES POR UMA ABORDAGEM NA (DÊS) CONSTRUÇÃO DE UMA LÍNGUA SEXISTA, MACHISTA E ETNOCENTRISTA¹

Hugo Souza Garcia Ramos²

Universidade Federal do Espírito Santo

hugo-sgramos@hotmail.com

Rômulo Teixeira³

Universidade Federal do Espírito Santo

rômulo_letreiro@gmail.com

Introdução

O disparador do interesse para elaboração deste artigo nos veio à luz a partir da reportagem intitulada: “Dilma muda diploma para mulher” publicada pelo jornal A TRIBUNA, no dia 11 de Abril de 2012. A reportagem informa que a Presidenta Dilma Rousseff, sancionou a lei segundo a qual instituições públicas ou particulares devem, ao emitir diplomas, utilizar a flexão de gênero para nomear profissão ou grau. Além disso, a lei estabelece ainda que as pessoas já diplomadas poderão também requerer das instituições a reemissão gratuita dos diplomas, com as devidas correções. Neste sentido, estando a mulher inserida num contexto social e político, o que não ocorria anteriormente, passa a demandar mudanças de paradigmas com relação à língua. Atualmente, em nosso país, há uma mulher no cargo da presidência, portanto Presidenta; porém, a gramática ainda utiliza Presidente. Com isso, dialogando numa perspectiva bakhtiniana, somos remetidos à ideia de que toda atividade humana apresenta uma diversidade que está presente também na língua. Bakhtin afirma que:

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua (2003, p.261-262).

Assim, dentro desse conceito de esfera da atividade humana, nos atendo ao conteúdo da referida Lei, percebemos uma mudança no olhar sobre a figura feminina. Consequentemente produziram-se também mudanças na esfera da língua. Isso nos remete

¹ “Dedicamos a elaboração deste artigo a duas mulheres: Fátima e Rosania (mães), por assumirmos também essa luta política de tentar construir uma sociedade igualitária com múltiplas vozes em que as mulheres estiveram histórica e linguisticamente em uma condição de silenciamento, submissão e opressão.”

² Graduando em Pedagogia no Centro de Educação da UFES. Integrante do PET Conexões Educação.

³ Graduando em Pedagogia no Centro de Educação da UFES. Integrante do PET Conexões Licenciatura.

para as questões de gênero na linguagem, em que percebemos a maioria das profissões no masculino, independente do sujeito. A língua é passível de transformações, uma vez que se adéqua às questões sociais, econômicas e políticas. Concordamos com Bakhtin em relação ao gênero do discurso- em que estendemos essa reflexão para a questão morfo-vocabular, quando diz:

como qualquer outro produto social, os gêneros estão sujeitos a mudança, decorrentes não só das transformações sociais, como oriundas de novos procedimentos de organização e acabamento da arquitetura verbal, como também de modificações do lugar atribuído ao ouvinte. (2003, p.282)

Percebemos que os signos estão intrinsecamente marcados por questões sociais, políticas e econômicas. Diante disso, as palavras apresentam certas variações no decorrer da narrativa histórica. Toda a linguagem estabelecida nesse contexto é marcada por uma ideologia, ou seja, a palavra acompanha e comenta todo ato ideológico. Em determinados momentos da história, devido às ideologias impregnadas na sociedade, algumas palavras são focalizadas e afirmadas, enquanto outras são silenciadas ou banidas. Será que esse fato ocorre sem influências, neutramente? Certamente, quando utilizamos certos vocábulos para nomear as coisas, os fatos e os acontecimentos, possivelmente há consonância entre esta nomeação e determinados grupos sociais. Quando da normatização das questões de gênero na gramática, foi decisivo o espaço legado ao homem na elite dominante da sociedade. Houve então um silenciamento das vozes femininas e de tantas outras, e conseqüentemente a diminuição da diversidade.

A língua é viva

Reiterando Bakhtin (2002), para quem o discurso é vivo e vive nos modos sociais, afirmamos que a língua é viva por se estabelecer e se constituir na linguagem, já que se compreende sua origem nas/pelas relações sociais. Portanto, concluímos que a todo momento ela pode sofrer variações tanto no campo gramatical quanto no político. Podemos perceber que a gramática normativa encontra-se um tanto ultrapassada; logo, se nos guiarmos por regras estabelecidas nos dicionários e gramáticas, precisamos questionar o uso de expressões consagradas, e de certas palavras que são tomadas como naturais, e que, quando se generalizam, tomam a forma masculina. A língua é um reflexo da sociedade, das pessoas vivas que a falam. Bagno (2002,p.9) nos chama a atenção para a necessidade de “fazer um

grande esforço para não incorrer no erro milenar dos gramáticos tradicionalistas de estudar a língua como uma coisa morta, sem levar em consideração as pessoas vivas que a falam.”

A escola, sem considerar seus falantes latentes, inflige a língua a cada um dos 180 milhões de brasileiros (segundo o IBGE), independente do contexto geográfico, social, econômico e de seu grau de escolarização. Concordamos com Comin e Santos apud Bakhtin, que a

língua nacional é plural, pois abriga um compósito de linguagens: oriundas das reuniões sociais, familiar, cotidiana, sociopolítica; linguagem dos jargões profissionais (advogado, médico, empresário, político, professor...), linguagem de geração e de idade, linguagem de autoridade, linguagens ordinárias do dia; linguagem oratória, publicitária, científica, jornalística, literária..., com múltiplas vozes.(2010, p.749).

No espaço escolar é que se impõe essas questões gramaticais que são estabelecidas para nossa sociedade. De tal modo que, infelizmente, se aprisiona a língua sob o triângulo escola-gramática-dicionário, na medida em que qualquer outra manifestação linguística que fuja a isso é considerada errada. Podemos tomar como exemplo a designação de profissões. Anteriormente, apesar de existirem advogadas, técnicas, médicas, ainda utilizavam-se os termos *advogados*, *técnicos*, *médicos*, de tal modo que não se levavam em conta as pessoas que potencializam a língua. Somente após considerar as pessoas que vivem a língua, e se libertar desse triângulo escola-gramática-dicionário, é que ocorreu a instituição da lei 12.605 de abril de 2012, que institui a flexão de gênero considerando-se os sujeitos. O artigo primeiro e o segundo estabelece que

1- As instituições de ensino públicas e privadas expedirão diplomas e certificados com a flexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada, ao designar a profissão e o grau obtido. 2- As pessoas já diplomadas poderão requerer das instituições referidas no artigo primeiro a reemissão gratuita dos diplomas, com a devida correção, segundo regulamento do respectivo sistema de ensino.

Essa lei é sancionada a partir do poder e da ocupação do cargo da presidência por uma mulher (Dilma), o que se constitui num marco histórico. De acordo com Bakhtin (2003), o contexto histórico transforma a palavra fria do dicionário em fios dialógicos, que refletem e refratam a realidade que a produziu. No passado, as mulheres não gozavam de um lugar de destaque no cenário social; logo, não tinham vozes para contrapor as imposições dos homens que legitimavam as leis. Hoje, o fato de uma mulher ocupar o cargo de representante do país é

que torna possível também o reconhecimento e legitimação do feminino na linguagem. Corroborando com essa ideia, Bagno destaca que

Falar da língua é falar de política, e em nenhum momento esta reflexão política pode estar ausente de nossas posturas teóricas e de nossas atitudes práticas de cidadão, de professor e de cientista. Do contrário, estaremos apenas contribuindo para a manutenção do círculo vicioso do preconceito linguístico e do irmão gêmeo dele, o círculo vicioso da injustiça social. (2002, p. 151)

Esta reflexão política reverbera nas atitudes práticas da Presidenta. É importante destacar que não é uma autoria individual, mas perpassa o caráter coletivo e social nas produções de seus discursos. Aprendemos, a partir do conceito de *dialogismo* de Bakhtin, que a linguagem está impregnada por relações dialógicas. São múltiplas vozes que estabelecem uma variedade de conexões e inter-relacionamentos entre si, uma vez que a presidenta Dilma está correspondendo demandas/lutas/reivindicações de várias outras mulheres. Dessa forma, entendemos o conceito de dialógica e polissêmica na concepção Bakhtiniana, para a qual “a palavra traz marcas culturais, sociais, e históricas, marcas estas que estão gravadas em nosso desenvolvimento psíquico, motor e emocional.” (COMIN; SANTOS, 2010, p.747)

Marcas que estão tomadas por um produto ideológico. Ao passo que esse produto reflete e refrata uma realidade em que o cargo da presidência encontra-se ocupado por uma mulher. Por isso, apresenta uma ideologia impregnada nas relações de poder que se constituem em afinidades de estratégias políticas. Com o advento da lei, percebe-se que há uma marca ideológica, ou seja, *toda palavra funciona como elemento essencial que acompanha toda criação ideológica, seja ela qual for.* (BAKHTIN, 2002, p.28)

As desigualdades no campo da linguagem

Dentre os múltiplos espaços e as muitas instâncias onde se pode observar a instituição das distinções e das desigualdades, a linguagem é, seguramente, o campo mais eficaz e persistente – tanto porque ela atravessa e constitui a maioria de nossas práticas, como porque ela nos parece, quase sempre, muito “natural”. (LOURO, 2011, p.69).

A partir de uma concepção que a língua é um eficiente meio de comunicação, para estabelecer ligações uns com os outros, ao passo que não nos questionamos o seu uso. Por exemplo, quando se refere “os educadores” o artigo encontra-se no masculino, sendo que o substantivo engloba os sujeitos tanto masculinos quanto o feminino. Igualmente a isso,

quando um orador estar diante de uma plateia repleta de mulheres e com minoria de homens, emprega-se o masculino plural.

Devemos ainda estar atentos em relação a procurar a perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que a linguagem normalmente carrega e institui. Ela apresenta estigmas também pelas diferenciações de adjetivos que são atribuídos aos sujeitos, pelo uso (ou não) do diminutivo, pela seleção de verbos, pelas associações e pelas analogias feitas em determinadas qualidades. E até mesmo em atributos ou comportamentos que são utilizados em relação às raças, etnias, classes, sexualidades, gêneros etc.

È importante salientar que esses usos da linguagem são internalizados também pelas crianças desde cedo no âmbito escolar, por exemplo, quando uma professora disser que “os alunos que acabaram a tarefa podem ir para o recreio”, as meninas devem se sentir incluídas. Mas ela está sendo, efetivamente incluída ou escondida nessa fala? Precisa ser considerado que tais aprendizagens são duradouras, que reverberam na vida adulta, é muito comum que um profissional refira a si próprio no masculino: “eu, como pesquisador...”. (LOURO, 2011, p.70)

Tomamos como natural essas aprendizagens de expressões nas instituições de ensino que nos referem à linguagem. Todavia, Guacira nos incita a perceber que “a linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares, ela os institui; ela não apenas veicula, mas produz e pretende fixar diferenças.” (2011, p.69). Devemos, portanto, fazer problematizações a respeito dessas marcas que são instituídas de poder e ideologias que estão presentes na nossa sociedade normativa, branca, masculina, heterossexual, cristã e machista. No entanto, não existe uma coesão dessa sociedade, já que se encontra em um processo de alienação, pois não apresenta a capacidade de compreender a riqueza da diversidade humana. Logo, para discutir/questionar essa realidade é preciso procurar ter um olhar mais aberto, que busca compreender os movimentos, as contradições, a totalidade, e de forma mais ampla na medida em que teremos que lidar com as múltiplas e complicadas combinações de gênero, sexualidade, classe, raça, etnia.

As relações de poder no discurso

Nas discussões de desigualdades na linguagem há legitimação de uma diferença por meio de relações de poder que se constrói a partir dos discursos. Para Foucault (1997, p.96), “o discurso veicula e produz poder;” Então, interessa-nos, refletir que no discurso a atribuição

da diferença está sempre implicada em relações de poder, a diferença é nomeada a partir de um determinado lugar que se coloca como referência. No caso da linguagem, a referência é o masculino, que ocasionará formas de silenciamento, submetimento e opressão das mulheres. Enfim, desigualdades em relação ao feminino, o que torna visível na necessidade do decreto da lei 12.605 realizado pela Presidenta Dilma Rousseff.

Na concepção de Foucault, se propõe que observamos o poder sendo exercido em muitas e variadas direções, uma rede que se conecta nas relações sociais. Deve-se supor que o poder é exercido pelos sujeitos e que tem efeitos sobre suas ações. Para ele, seria importante perceber que os efeitos de poder estão veiculados “a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos” (FOUCAULT, 2006, p.29). Torna-se importante pensar que no exercício de poder que se constitui por “manobras”, “técnicas”, “disposições” são, por sua vez, resistidas, contestadas, respondidas, absorvidas, aceitas ou transformadas.

Há nas relações de poder um enfrentamento constante e perpétuo. Como corolário desta ideia teremos que estas relações não se dão onde não haja liberdade. Na definição de Foucault a existência de liberdade, garantindo a possibilidade de reação por parte daqueles sobre os quais o poder é exercido, apresenta-se como fundamental. Não há poder sem liberdade e sem potencial de revolta. (Maia apud Louro, 2011, p.43).

No exercício de poder sempre se dá entre sujeitos que são capazes de resistir, haja vista, a precedência da existência de uma liberdade. O poder masculino presente no campo da linguagem não é estanque, não se dá diferente desse referencial teórico, que não aceita que um polo tem o poder estavelmente e o outro não. Foucault assevera que

é preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. (1997, p.96)

Os estudos feministas, movimento GAY e o movimento de mulheres lésbicas vêm contestando e problematizando essa concepção machista de linguagem, propondo “manobras” e “estratégias” de flexão de gênero que estão transformando a língua. “Manobras” apresentadas na utilização do “@” ou da letra “x” no momento de nomear o gênero (masculino/feminino) das palavras, por exemplo, “Sejam bem-vindxs, calourxs!”

Todos @s palestrantes, @s autores(as) dos trabalhos acadêmicos apresentados nas Comunicações, autores(as) de obras artísticas expostas, oficineir@s e

facilitadores(as) receberão certificados pela sua participação nessas atividades e @s encontristas ouvintes receberão certificados.

Nesse sentido, além dessas “manobras” e “estratégias” já enunciadas, é preciso também se lembrar do decreto da lei 12.605 sancionado pela Presidenta Dilma, decerto, uma forma de resistência. Tais discursos apresentam um efeito de poder que está relacionado com a questão do campo ideológico da linguagem. Sendo que, essa relação é estabelecida por questões sociais, políticas, econômicas e culturais.

Para continuar... contestando, resistindo, refletindo... Em movimentos sem fim...

Pensando nas formas de gênero presentes no campo da linguagem, faz-se necessário refletir para uma (dês) construção de uma língua sexista, machista e etnocentrista. Lembrando que, a língua por atravessar e constituir a maioria de nossas práticas, ela nos parece muito “natural”. No entanto, precisamos estar atentos que ela não somente veicula, mas produz e pretende fixar diferenças.

È importante ressaltar, que nas discussões de desigualdades na linguagem, estão imbricadas relações de poder existentes nos discursos. Assim, valendo-se da concepção focaultiniana que no exercício de poder sempre se dá entre sujeitos que são capazes de resistir, em que há “manobras” e “estratégias” transformando a língua, haja vista, que ela é viva. Assim, reafirmamos que a linguagem é viva, por estar em constante movimento diante dos acontecimentos que regem todo o nosso cenário social, econômico e político. Devido, a esses acontecimentos a linguagem é marcada por questões que envolvem as particularidades dos sujeitos que estão inseridos historicamente no contexto do sistema capitalista.

Por fim, apostamos a necessidade de se refletir a língua e pensar em possíveis de uma linguagem que seja comum tanto ao gênero masculino, quanto o feminino. Implodindo, assim, essa dicotomia.

Referências

BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz.** 19. ed. São Paulo: Loyola, 2002. p. 207

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 476.

BAKHTIN, M. M.; VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem.** 10. ed. - São Paulo: Annablume: Hucitec, 2002. p.196.

CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado?** Rev. Trabalho, Educação e Saúde, 2003; 1(1): 45-60.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 32 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006, p. 262.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** São Paulo, SP: Graal, 1997. p.152.

Grupo Primavera dos Dentes. Disponível em: <<http://primaveravicosa.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 21 de Maio de 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 184

SCORSOLINI-COMIN F; SANTOS M. **Bakhtin e os processos de desenvolvimento humano: um diálogo de, no mínimo, duas vozes.** Rev. Bras. Cresc. e Desenv. Hum. 2010; 20(3) 745-756

AGUIAR, Marianna. **Dilma muda diploma para mulher.** A Tribuna, Vitória, p.6, 11 abril 2012.